

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.585.747 - SP (2019/0281365-6)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
AGRAVANTE : **CLEITON ALEX PATRUSSI (PRESO)**
ADVOGADO : **JOÃO PESSOA DE MEDEIROS JÚNIOR - SP328749**
AGRAVANTE : **DANIEL GUERRA DE OLIVEIRA (PRESO)**
ADVOGADOS : **JOSÉ PEDRO SAID JÚNIOR - SP125337**
 PAULO ANTONIO SAID - SP146938
 GABRIEL MARTINS FURQUIM - SP331009
 HENRIQUE ZIGART PEREIRA - SP386652
 SALVADOR SCARPELLI NETO - SP429489
AGRAVADO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por **CLEITON ALEX PATRUSSI** contra decisão que inadmitiu o recurso especial pela incidência das Súmulas 284/STF, 7/STJ, bem como pela impropriedade da via especial para conhecimento de contrariedade a dispositivo da Constituição Federal e pela ausência de demonstração analítica do dissídio jurisprudencial.

Aduz o agravante, em síntese, que a análise do apelo nobre dispensa o reexame do conjunto fático-probatório, porquanto trata-se de matéria de direito.

Alega, ainda, que "o recurso especial não se encontra embasado em dissídio jurisprudencial, e sim por ter infringido o disposto nos artigos 157, § 2º, incisos, I, II, e V, c. c. artigo 288, parágrafo único, e artigo 69, todos do Código Penal, pois proferiu um decreto condenatório sem ter como parâmetro a conduta praticada pelo Recorrente, ora Agravante, e a descrição contida na lei" (e-STJ, fl. 1346).

No mais, repisa as teses explanadas na razões do recurso especial, no qual requereu a desclassificação da conduta para o delito do artigo 349 do Código Penal e o abrandamento da pena imposta ao agravante.

Requer seja conhecido e provido o recurso especial.

As contrarrazões ao recurso especial foram apresentadas às fls. 1308-1313 (e-STJ) e o recurso especial inadmitido às fls. 1323-1324 (e-STJ). Daí o presente agravo (e-STJ, fls. 1341-1350).

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do agravo (e-STJ, fls. 1385-1387).

É o relatório.

Decido.

No caso, o agravante apenas impugnou o óbice da Súmula 7/STJ e a ausência de demonstração do dissídio, sem atacar os demais fundamentos específicos de inadmissão do recurso.

Assim, a parte interessada deixou de refutar a aplicação da Súmula 284 do STF e a impropriedade da via especial para o conhecimento de afronta a dispositivo da Constituição Federal, o que atrai o impeditivo da Súmula 182 deste Superior Tribunal, segundo a qual "é inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada".

Superior Tribunal de Justiça

Nesse sentido, os seguintes precedentes: AgRg nos EREsp 1.387.734/RJ, Rel. Ministro JORGE MUSSI, CORTE ESPECIAL, DJe de 9/9/2014; e AgRg nos EDcl nos EAREsp 402.929/SC, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, CORTE ESPECIAL, DJe de 27/8/2014.

Anote-se, ainda, que o Código de Processo Civil de 2015, em seu art. 932, reafirmou a orientação do STJ, ao exigir a impugnação específica dos fundamentos da decisão agravada.

Tem-se que "a jurisprudência desta Corte é assente no sentido de que, para afastar a incidência da Súmula 182/STJ, não basta a impugnação genérica dos fundamentos da decisão agravada, é necessário que a contestação seja específica e suficientemente demonstrada" (AgInt no REsp 1.600.403/GO, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/8/2016, DJe 31/8/2016).

Ademais, em recente julgamento do EAREsp 746.775, datado de 19-9-2018 e publicado em 30-11-2018, a Corte Especial do STJ manteve o entendimento da necessidade de impugnação específica de todos os fundamentos da decisão agravada, sob pena de incidência da Súmula 182/STJ.

Em face do exposto, **não conheço** do agravo em recurso especial, nos termos do art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de dezembro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator